

**Daiana Cristina de Almeida Martins  
Débora Thais Nascimento da Silva  
Deize Maria Auxiliadora  
Rosângela Fernandes do Nascimento  
Simone Siqueira de Souza Rocha  
Vanessa de Fátima Sobral da Conceição  
Viviane Ramos Mota**

1.<sup>a</sup> Edição



# **A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL**

ISBN- 978-65-84809-45-1  
São Paulo | 2022



**Daiana Cristina de Almeida Martins  
Débora Thais Nascimento da Silva  
Deize Maria Auxiliadora  
Rosângela Fernandes do Nascimento  
Simone Siqueira de Souza Rocha  
Vanessa de Fátima Sobral da Conceição  
Viviane Ramos Mota**

1.<sup>a</sup> Edição



# **A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL**

ISBN- 978-65-84809-45-1  
São Paulo | 2022



Daiana Cristina de Almeida Martins  
Débora Thais Nascimento da Silva  
Deize Maria Auxiliadora  
Rosângela Fernandes do Nascimento  
Simone Siqueira de Souza Rocha  
Vanessa de Fátima Sobral da Conceição  
Viviane Ramos Mota

# A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL

ISBN: 978-65-84809-45-1



Daiana Cristina de Almeida Martins  
Débora Thais Nascimento da Silva  
Deize Maria Auxiliadora  
Rosângela Fernandes do Nascimento  
Simone Siqueira de Souza Rocha  
Vanessa de Fátima Sobral da Conceição  
Viviane Ramos Mota

# **A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA INFANTIL**

1ª edição

SÃO PAULO  
EDITORA ARCHE  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

R382 A relação família e escola infantil / Daiana Cristina de Almeida  
Martins... [et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2022.  
111 p. : il. ; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-84809-45-1

1. Lar e escola. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação.  
I. Martins, Daiana Cristina de Almeida. II. Silva, Débora Thais  
Nascimento da. III. Auxiliadora, Deize Maria. IV. Nascimento,  
Rosângela Fernandes do. V. Rocha, Simone Siqueira de Souza.  
VI. Conceição, Vanessa de Fátima Sobral da. VII. Mota, Viviane  
Ramos.

CDD 371.192

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Revista REASE chancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores.

Direito de Edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

---

*Editora-Chefe* Dra. Patrícia S. Ribeiro

*Revisão* Os autores

*Projeto Gráfico* Ana Cláudia Néri Bastos/ Talita Tainá Pereira Batista

*Conselho Editorial* Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

José Faijardo, Fundação Getúlio Vargas

Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

María Valeria Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

## **DECLARAÇÃO DOS AUTORES**

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

# SUMÁRIO

|                       |     |
|-----------------------|-----|
| CAPÍTULO 01 .....     | 14  |
| CAPÍTULO 02.....      | 48  |
| CAPÍTULO 03.....      | 82  |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 102 |

## APRESENTAÇÃO

Atualmente, não pode ser considerada apenas um modelo de organização familiar, pois na sociedade atual temos diversos arranjos para esta instituição. O conceito de infância também passou por profundas mudanças. Se não houvesse filhos favoritos na Idade Média; Assim que passaram pelo período mais crítico com alto risco de mortalidade, foram incluídos no mundo dos adultos.

As crianças de hoje têm direitos e responsabilidades, mas suas agendas estão repletas de atividades. A educação infantil, como instituição complementar à educação familiar, também passou por diversas tarefas desde o seu nascimento. Se originalmente mudou seu trabalho

para ajudar, hoje está relacionado à educação e cuidado de uma criança.

Assim, os resultados mostram que a relação entre escola e família das crianças é repleta de emoções e sentimentos, portanto deve ser compreendida e levada a sério, pois uma relação desarmoniosa pode colocar em risco o trabalho educativo realizado com as crianças. uma criança  
Essas instituições devem primar por um relacionamento interpessoal saudável, levando em consideração a criança e seu desenvolvimento.

A relação entre a família e a creche é um tema que permeia o cotidiano dessas instituições. Esse relacionamento é próximo e cheio de emoções e sentimentos, e mesmo uma pequena falha na comunicação pode levar a mal-entendidos que podem ameaçar o sucesso da paternidade com os

filhos. Dessa forma, o problema de pesquisa questionou, qual a representação da instituição familiar sobre a importância da educação infantil e a necessária parceria entre escola e família?

O objetivo deste estudo justifica-se pela preocupação que surgiu sobre a relação entre essas duas instituições, pois a criança é seu ponto comum. Compreender claramente o papel da escola e da família, e tentar garantir que a criança tenha um ambiente de desenvolvimento saudável, e para isso, a família e a escola devem buscar constantemente uma relação harmoniosa, não sem conflitos, mas consistentemente resolvida, nunca esquecendo . educação e desenvolvimento da criança.

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente a relação entre escola e família no

contexto da educação infantil; discutir a organização familiar e a construção do conceito de infância ao longo da história; evidenciar o papel da família e do jardim de infância no ensino e aprendizagem da criança e sentir a representação da família sobre o seu papel na educação dos filhos e a missão educativa da puericultura na sociedade atual.

Como metodologia, este estudo foi desenvolvido de forma qualitativa e por meio de pesquisa bibliográfica.

O objetivo deste livro é comunicar a importância da relação entre a família e a educação infantil, pois essas instituições são importantes para a vida da criança. Portanto, os profissionais que atuam nessa área precisam saber quais são os aspectos envolvidos em uma relação

tão próxima.

## CAPÍTULO 01

### A FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA



Figura 1. Desenho de uma família  
Fonte: <https://www.google.com>

Atualmente temos na sociedade um conceito de família muito diferente do que se via a alguns anos atrás. Pode-se perceber nos dias atuais que a sociedade é composta por vários modelos de

arranjos familiares como: famílias nucleares, com mães solteiras, pais solteiros, onde as crianças são criadas pelos avós, tios ou outros parentes, onde as crianças possuem pais diferentes, compostas por uniões homossexuais, enfim temos uma grande gama de arranjos familiares. Mas essa instituição nem sempre foi composta desta forma como conhecemos já que o modelo mais tradicional é o da família nuclear burguesa (pai, mãe e filhos).

Por meio da história podemos perceber que existiam diferentes formas de organização familiar, uma vez que poucas instituições permaneceram intactas.

Da mesma forma que a família modificou-se a concepção de criança e de infância passou por profundas transformações até chegar nessa concepção que se tem na contemporaneidade. Nem

mesmo a educação infantil permaneceu a mesma. Haja vista que essa instituição surgiu para atender as famílias e as crianças e possuía apenas um caráter assistencial, de cuidados e de guarda das mesmas.

Nos dias de hoje é incorporado a estas instituições o aspecto do educar e do brincar. Desta maneira faremos um “passeio” pela história até chegarmos aos dias atuais, para que possamos compreender mais a fundo as concepções de família, criança e de educação infantil.

### **1.1. Breve histórico da instituição Família**

Muitas polêmicas surgem ao se falar de família, ela não é unanimidade, mas se trata de um assunto controverso e carregado de sentimentos e emoções. Para alguns a família é sagrada, deve ser

mantida a qualquer custo, mas que para outros ela se trata de algo nocivo e deve ser combatida, pois é um empecilho para o desenvolvimento social. Porém não podemos negar a importância dessa instituição, seja ela boa ou má, com laços sanguíneos ou não, é nela que temos os nossos primeiros contatos sociais, que aprendemos a perceber o mundo a nossa volta, aquilo que primeiramente entendemos por “nós” (REIS, 1984).

Com o passar do tempo e as mudanças na sociedade, como: revoluções, crises, mudanças ideológicas, econômicas e culturais, a família não poderia passar imune a todas essas transformações.

Temos como forma mais comum de organização familiar a estrutura nuclear, onde estão presentes pai, mãe e filhos vivendo numa

mesma casa, mas atualmente não se pode considerar esta a única forma de estrutura familiar. Para Reis (1984) a família nuclear burguesa nasce na Europa em meados do séc. XVIII e é fortemente marcada pelo isolamento da família em si e pela separação entre local de trabalho e residência, entre vida pública e privada.

Neste modelo familiar a mulher assume o papel de cuidar dos filhos e do lar, da vida doméstica e torna-se dependente do marido, por ser considerada mais fraca e mais emotiva, onde a educação dos filhos passa a ser a de grande responsabilidade para ela. Esta educação deveria atender os padrões burgueses, em especial ao que dizia respeito aos papéis sociais. E neste contexto o homem torna-se o provedor material da casa, possuindo uma autoridade dominante, sendo

racional e apto a resolver qualquer situação, deveria também ser livre e autônomo.

É possível percebermos este modelo de família em alguns filmes, como no filme “O sorriso de Monalisa”, que é um filme que mostra a realidade de uma escola feminina, onde as meninas eram educadas sobre tudo para o casamento e para serem boas esposas. Neste filme é apresentado de maneira bem marcante a estrutura de uma família nuclear burguesa, fica bem claro o papel social que deveria ser desempenhado pela mulher, que era o de ser uma boa esposa.

Percebe-se que atualmente nem mesmo a família nuclear se configura da mesma maneira que a nuclear burguesa do séc. XVIII, mas que algumas mudanças ocorreram, principalmente em relação à mulher que nos dias de hoje também

participa como mantenedora material da casa, mas a sem perder a essência da família nuclear, que é a de uma família com pai, mãe e filhos, onde quem exerce dominação é o homem.

A relativa autonomia da organização familiar é determinada por uma complexa interação de diversos fatores que se referem tanto às formas peculiares de organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais que o circunscrevem. É por isso que, embora a forma de família predominante em todos os segmentos sociais seja a da família monogâmica burguesa, existem padrões internos que diferenciam as famílias das diferentes classes, assim como padrões que diferenciam formas familiares diferentes dentro de uma mesma classe social (REIS, 1984, p. 101).

Cada instituição se organiza de uma forma própria, nenhuma família será idêntica a outra, pois elas possuem visões diferentes de

mundo, de concepção de criança e de infância, já que carregam a influência da sociedade e de sua classe social.

A família possui uma função importante na sociedade que se organiza por conjunto de valores e papéis que é a de promover a socialização básica para os indivíduos (REIS, 1984). É nela que as crianças têm os seus primeiros contatos sociais e as primeiras aprendizagens.

As famílias medievais possuíam uma forma de organização diferente das formas que encontramos hoje. Essas cultivavam um hábito incomum nos dias atuais, pois enviavam as crianças para outras famílias, onde aprenderiam as [...] “maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que freqüentassem uma escola ou aprendessem as letras latinas” (ARIÈS, 1978, p.228-

229). Esse era um hábito muito difundido na época e as crianças aprendiam um ofício e que ultrapassava os limites de uma profissão, tendo em vista que não havia uma divisão da vida particular e da vida pública.

Essas crianças saíam de suas casas com a idade aproximada de sete anos e permaneciam em outras famílias por um período de sete a nove anos. Com isso aprendiam de forma prática, uma vez que os conhecimentos eram passados de uma geração à outra pela participação ativa das crianças no mundo adulto. Crianças e adultos compartilhavam dos mesmos espaços:

De modo geral, a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra geração era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos. Assim se explica essa mistura de crianças na vida dos adultos [...] As

cenas da vida quotidiana constantemente reuniam crianças e adultos ocupados com seus ofícios como por exemplo, o pequeno aprendiz que prepara as cores do pintor, ou a serie de gravuras dos ofícios de Stradan, que nos mostra crianças em ateliês com companheiros mais velhos (ARIÈS, 1978, p. 230).

Nesse período não havia um sentimento entre pais e filhos, haja vista que a família existia mais por uma realidade moral e social do que sentimental. Esse sentimento só passa a existir quando a família possui um mínimo de intimidade (ARIÈS, 1978).

Com as crianças freqüentando a escola e o desejo dos pais em querer estarem mais perto de seus filhos, não os mandaram mais para casas de outras famílias e se preocuparam mais em manter a inocência da criança e de livrá-la do mundo dos adultos.

Essa substituição da aprendizagem em outras famílias pela aprendizagem escolar, possibilitou a aproximação do sentimento dos pais e das crianças, passando a dedicar-se mais aos pequenos. Ariés (1978) afirma que é “como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola [...]”. É a partir da aproximação entre pais e filhos que passa a existir um sentimento familiar mais parecido com o que conhecemos atualmente.

Da mesma forma que a família foi se reconfigurando, também passaram por um processo de transformação em sua estrutura. Há uma tendência a partir da segunda metade do século XX, de diminuição das famílias, já que o êxodo das dessas do campo para a cidade e a inserção da mulher no mercado de trabalho,

possibilitou maior diversidade de arranjos familiares.

Do ponto de vista prático, ocorrem nas famílias um número maior de divórcios, separações e recasamentos, um grande número de pessoas que vivem sozinhas e o número de famílias chefiadas por mulheres aumenta a cada ano. Entre os anos de 1960 e 1990 houve um crescimento de famílias chefiadas por mulheres de 10% para 20% (GOLDANI, 1994, p. 10).

A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura do leque de opções para a mulher [...] Entre os processos de mudança, destacam-se as transformações demográficas, a elevação das taxas de separações e divórcios, a expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina, e a crescente proporção de

mulheres solteiras com filhos, além dos processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade, desigualdades de renda, raciais e regionais. Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecer como chefes de famílias (GOLDANI, 1994, p. 10).

Percebemos que há uma crescente tendência da chefia feminina nos lares, onde as mulheres fazem uma dupla jornada, ou seja, cuidam e provem os seus lares: muitas trabalham fora necessitando cuidar da casa, filhos, marido ou companheiro. A inserção da mulher no mercado de trabalho não fez com que houvesse uma divisão sexual dos trabalhos domésticos, ela continua na maioria das vezes com a exclusividade dos trabalhos domésticos (GOLDANI, 2002, p.35).

Com tantas alterações na sociedade e na família a Constituição Federal de 1988 em seu capítulo VII, artigo. 226, 3º, 4º e 5º parágrafo nos traz uma redefinição de família, na qual a família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes e enfatiza a proteção de seus dependentes – crianças, jovens e idosos. E esclarece que os direitos e deveres conjugais são exercidos de igual modo por homem e mulher.

Art. 226. § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (BRASIL, 1988).

Essa “inversão de papéis” na qual a mulher é

quem chefia a casa é crescente no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos mostra esses dados do período de 1995 a 2005 que no Brasil o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou 35%, mesmo naquelas onde há a presença do cônjuge.

Percebe-se que o modelo de família nuclear (aquela onde a mulher cuida da educação dos filhos e da casa e o homem é quem prove o sustento da família), não é o único vigente na sociedade. Atualmente muitas mulheres trabalham fora, algumas para se realizarem profissionalmente e outras pela necessidade, sendo assim se dedicam ao trabalho, a casa e aos filhos.

Essas instituições não se organizam de forma homogênea, já que existe uma diversidade de arranjos. Na realidade se tem a idéia de uma

família ideal, que seria aquela que se constitui por um casal heterossexual casado e com filhos, onde o marido seria o principal provedor do lar, Goldani (2002) nos afirma que no Brasil como em outros países os programas de bem-estar social estão pautados neste molde de família nuclear, modelo este reconhecido como universal.

No Brasil, tal como em outros países, o regime de bem-estar social sempre esteve fortemente apoiado na família e, em geral, em um modelo assumido como universal. Este modelo ideal de família que orientou e em alguns casos ainda orienta as políticas sociais seria o de uma família formada por um casal heterossexual, legalmente casado, com dois filhos (um de cada sexo) e todos vivendo em casa própria, onde o marido seria o principal provedor e a mulher a dona de casa, ou que trabalha tempo parcial. Neste modelo, o trabalho infantil não existe ou não deve existir, ainda que se saiba que este segue sendo essencial, economicamente, para

muitas famílias (GOLDANI, 2002, p. 33).

Esse modelo tido como ideal, não é o que está mais presente na atual conjuntura da sociedade brasileira. Temos várias formas de organização familiar, como famílias monoparentais, famílias com uniões homossexuais, famílias compostas por membros sem laços sanguíneos, famílias de mães ou de pais solteiros, etc.

Muitas famílias se organizam de forma matrifocal, Szymanski (2003) diz que essa forma de organização familiar é aquela que se organizam em torno da mulher quando não há um companheiro. Quando este é presente a família assume um caráter patriarcal. No Brasil assim como outras colônias que receberam escravos essa forma de arranjo familiar é comum. O núcleo familiar nesta forma de arranjo é fortemente construído em torno

da mãe e dos filhos e que a presença ou a saída do homem do contexto familiar não desfaz o núcleo (SZYMANSKI, 2003).

Percebemos que essa forma de organização onde as famílias chefiadas por mulheres vêm crescendo a cada ano, houve, também, um considerável aumento no número de adolescentes mães que passa de 6,8% para 7,1% entre 1995 e 2005, levando em conta que essa adolescente que já são mães provavelmente terão outros parceiros.

Verifica-se então, que, não se pode dizer que a única forma de organização familiar seja a nuclear, mesmo que esta forma de estruturação ainda seja a mais aceita, devem-se levar em conta os mais diversos tipos de arranjos familiares que compõem a sociedade. Nem todas terão a mesma forma de se organizar mesmo que componha a

mesma classe social, já que uma terá a sua forma específica de organização, levando em conta seus valores, crenças e costumes.

## **1.2. Conceito de Infância e Educação Familiar**

A infância nem sempre foi vista da forma como vemos hoje, uma vez que esse conceito se alterou conforme as transformações na sociedade. Atualmente a infância é reconhecida como uma fase importante na constituição do ser humano, onde ele ou ela necessita de cuidados especiais para crescer e desenvolver-se.

A noção de infância é uma “invenção” dos tempos modernos (AZEVEDO e SILVA, 1999). A concepção de infância tal como temos atualmente não existe desde a antiguidade, mas surge a partir de transformações ocorridas na sociedade. Para

Wartofsky (apud ZAMBERLAN, 2005) “a infância é uma construção cultural historicamente variável, na sua realidade vivenciada, isto é, nas diferentes maneiras de ser criança.” Já o dicionário online Michaelis (1998-2009) trás a seguinte definição de infância como: “período da vida, no ser humano, que vai desde o nascimento até a adolescência; meninice; as crianças em geral; primeiro período da existência de uma sociedade ou de uma instituição; o começo da existência de alguma coisa.”

Mesmo na contemporaneidade o concepção de infância não é única e nem comum a todas as pessoas, ainda temos diversas formas de ver a criança e sua infância. (ZAMBERLAN, 2005).

Existe uma diversidade de conceitos sobre a infância, uma vez que este não é fechado e nem

homogêneo. A tendência de querer padronizar a infância, de deixá-la com apenas uma “cara”, é uma tarefa impossível, pois a essa se configura socialmente e é vivenciada de maneiras diferentes em cada família. A criança é um ser social e histórico e que não deve ser concebida de uma forma abstrata e nem como algo sem valor.

Para Ariès (1978) não havia por parte da família um sentimento de afeição pelas crianças que eram enviadas a casas de outras famílias para serem educadas, mas a partir do momento em que a escola deixa de ser apenas para os clérigos e se torna parte da iniciação social, essa ausência de afeição dá lugar a uma preocupação por parte dos pais em vigiar os seus filhos e livrá-los do mundo sujo dos adultos e conservar a sua inocência, inicia-se uma aproximação da família, que agora se

concentra em torno da criança.

Para a sociedade medieval a criança não possuía um grande valor e nem recebi grandes demonstrações de afeto. A infância não era uma fase da vida que possuía muita importância e era relativamente curta (AZEVEDO e SILVA, 1999).

Nas sociedades medievais havia um alto índice de mortalidade infantil e isso não permitiam que as famílias criassem laços afetivos mais profundos com seus filhos, não que os pais não amassem seus filhos, mas pela alta mortalidade não criavam tanta afeição pela criança no início da sua vida, pois essa poderia a falecer logo, e assim que as crianças ultrapassavam esta fase do perigo maior de morte eram inseridas no mundo adulto e passavam a ser vistas como adultos em miniatura (CAMBI, apud, FRANCO, 2002).

A diferenciação se resumia a um período relativamente curto em que a criança necessitava de cuidados (físicos, principalmente), até superar a fase de alto risco de mortalidade. Nesse período ela não “contava” como membro da família. Começava a desenvolver-se e era misturada então à sociedade dos adultos, partilhando com eles todas as experiências de trabalho, lazer, etc. A infância era então uma fase bastante reduzida (AZEVEDO e SILVA, 1999, p. 35).

Neste período as escolas ainda não são um privilégio de todos, mas apenas para os clérigos e religiosos, as crianças eram educadas no seio das famílias, não as suas, mas famílias de estranhos para onde eram enviadas, aprendiam com o cotidiano, eram-lhes transmitido os conhecimentos, a experiência prática e o valor humano, “não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de

uma geração à outra” (ARIÈS, 1978).

É somente no momento que se vê a criança como um ser ingênuo e inocente, que nasce, também, à necessidade de protegê-la e de pelos seus direitos.

As crianças, na Idade Média, têm um papel social mínimo, sendo, muitas vezes, consideradas no mesmo nível de animais (sobretudo pela altíssima mortalidade infantil, que impedia um forte investimento afetivo desde nascimento), mas não na sua especificidade psicológica e física, a tal ponto que são geralmente representadas como “pequenos homens”, tanto na vestimenta quanto na participação na vida social. Até os seus brinquedos são os mesmos dos adultos e só com a Época Moderna é que se irá delineando uma separação (FRANCO, 2002, p. 31).

Apenas com a modernidade é que a criança passa a ser vista de um modo diferente do adulto, mas sendo pensadas como seres frágeis e inocentes

e as relações entre adultos e crianças eram meramente formais, sendo a criança inferior ao adulto. Ainda não havia uma consciência de infância (PASCHOAL e MACHADO, 2007).

Mesmo com o advento da modernidade da criança ainda é menosprezada, apesar de ser paparicada, não tem um espaço de reconhecimento a criança ainda é um ser pequeno, e o que é pequeno é menosprezado, “para conquistar respeito e admiração é preciso ser grande, ocupar espaço. O pequeno é banal e desinteressante. Gente pequena, necessidades pequenas, pequenas alegrias e tristezas” (KORCZAK, 1986, p.69).

A criança como ser “inferior”, “pequeno” é tratado ainda como tal. Temos uma visão clara de que a infância foi se modificando e nem sempre foi à mesma e nem é a mesma em todas as sociedades,

o conceito sobre esta fase da vida de um indivíduo nem sempre existiu.

Aparece com a sociedade capitalista urbano-industrial na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassa o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação de formas de organização da sociedade (FRANCO, 2002, p. 32).

Atualmente a visão que temos sobre a infância é de que esse é um tempo na vida de um indivíduo onde este deve receber cuidados específicos e especiais, temos a visão de uma infância com direitos e deveres, de uma infância que deve ser preservada e cuidada, mas vivemos

ainda nos dias de hoje uma contradição onde a temos uma infância marginalizada, de violência e maus tratos.

Não precisamos ir muito longe para presenciarmos cenas de crianças nas ruas, roubando, sendo exploradas, tendo suas infâncias roubadas. Vemos todos os dias nos noticiários e em filmes cenas de crianças que “perderam” (e estão perdendo) a sua infância, sendo tratadas como adultos. E então, surge uma questão, estamos tratando as nossas crianças e as suas infâncias da mesma forma que elas eram tratadas na sociedade medieval?

A forma mais como se está mostrando a criança é, sem dúvida chocante. Não precisamos assistir filmes, a programas de televisão ou olhar coletâneas de fotos para nos depararmos com

situações angustiantes. Basta observarmos nas ruas a realidade nua, desvelada à nossa frente. Muitas cenas para olharmos sem nada a fazer, por vezes insensíveis, pois, de tão freqüentes, parecem normais [...] Crianças e adolescentes assaltam e chocam nosso imaginário e nossa sensibilidade pedagógica. Flores tão tenras e com tantos espinhos, tão cedo! Como não perguntarmos onde foi a ternura e a cor de nossa infância? Somos nós pedagogos e condutores ou há outros condutores nos tortuosos caminhos e becos da cidade (FRANCO, 2002, p. 35).

Temos, atualmente, crianças com agendas lotadas com a escola, o balé, a nataçãõ, o judô, o inglês entre tantas outras atividades na qual o espaço para o brincar se torna ausente. Nunca se falou tanto em defender a criança e sua infância.

Existem leis que defendem seus direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e leis como a LDB (1996) que rege a educação. Mas nem sempre o que dita às legislações são cumpridas.

Em nosso país, temos ainda, muitos abusos e maus tratos praticados contra os pequenos. Vemos casos de crianças que são esquecidas dentro de carros, que são vítimas de violência doméstica e que sofrem abuso sexual e moral daqueles que deveriam amá-las e defende-las. Vemos, ainda, crianças sendo assassinadas pelos próprios pais, abandonadas e outras ainda perdem as suas vidas mesmo antes de nascerem; mães abandonam seus bebês em sacos de lixo ou em rios, temos, ainda, apesar de ser ilegal o trabalho escravo infantil e ao andarmos um pouco pelas cidades, vemos crianças nos semáforos pedindo esmolas ou vendendo

balas.

Temos também uma visão de infância daquele que é incompleto, que ainda virá a ser, de futuro. É como se a criança não fizesse parte do presente, mas, apenas de um futuro.

Os adultos projetam nas crianças suas expectativas e sonhos, pretendem que elas cumpram aquilo que eles não conseguiram cumprir em suas próprias vidas. É comum se perguntar as crianças, “o que você vai ser quando crescer?”, mas geralmente não lhe questionamos sobre o que ela gosta ou sobre o que quer brincar naquele momento, pois o que importa não é o que a criança é no presente, mas sim o que ela virá a ser no futuro, qual profissão terá, se será importante e se vai ter muito dinheiro, se vai ser “alguém na vida”. Janusz Korczak (1986) apresenta bem esta

angustia adulta “Indagamos com aflição: O que vai ser quando crescer? Desejamos que as crianças se tornem melhores do que nós. Sonhamos com um futuro homem que seja perfeito”. Existe uma preocupação adulta a respeito do que a criança virá a ser, pois tem nela a esperança de seu próprio futuro “a infância é a esperança do adulto, pois ele tem, através dela, uma promessa de imortalidade que se baseia na expectativa de que seus valores tenham continuidade” (FORTUNA, 2005, p. 19).

Se quisermos compreender a criança e suas infâncias, devemos nos livrar de nossos preconceitos e da visão adultocêntrica, onde tudo é posto para o adulto e a criança não tem o seu “lugar”.

Todos nós crescemos convencidos de que o grande vale mais que o pequeno. [...] É chato esticar-se todo na ponta dos

dedos e não conseguir alcançar o objeto almejado; é duro para as pernas curtas, tentar acompanhar os adultos a passos miúdos; o copo teima em cair da mãozinha pequena. Quanto esforço e trabalho para sentar numa cadeira, entrar num ônibus, subir uma escada. Impossível pegar na maçaneta, olhar pela janela, apanhar ou pendurar um objeto: tudo está sempre alto demais. Na multidão não se consegue enxergar, é fácil se perder, levar um empurrão. Enfim, é incomodo ser pequeno, é chato (KORZAC, 1986, p. 69).

É necessário vermos a criança com respeito e dignidade sem tratá-la como sendo inferior a nós, ou apenas como um vir a ser, como alguém pequeno, a criança é hoje criança e deve ser tratada como tal.

O futuro da infância, assim como do homem, depende hoje de adultos capazes de contribuir ativa e conscientemente para que as crianças tornem-se, como disse Winnicott, elas mesmas,

uma permanente busca da reinvenção humana (FORTUNA, 2005, p. 21).

Devemos olhar e compreender a criança como um ser histórico e social, como um indivíduo integral e não como um ser incompleto, com um passado, um presente e um futuro também, que ela não é apenas o que virá a ser, mas aquilo que ela é, uma criança com sonhos, medos, tristezas, curiosidades e alegrias.

Tanto o conceito de família quanto o de infância passaram por profundas transformações no decorrer da história, porém percebemos que mesmo nos dias de hoje esses conceitos não são fechados e nem comum a todas as pessoas, mas variam dependendo da classe social, cultura e tempo histórico em que essas pessoas estão inseridas.

A partir dessas transformações vemos que a educação das crianças de forma institucionalizada ganha destaque na vida familiar, tendo a partir daí família e escola infantil um relacionamento mais próximo.

## CAPÍTULO 02

### A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA



Figura 2. Família e escola: uma aproximação necessária

Fonte: <https://blogdocape.wordpress.com>

As escolas infantis passaram por um processo de mudanças no decorrer da história. O que altera as suas funções até chegar aos dias atuais. A princípio possuía apenas um caráter assistencial,

de cuidado e guarda da vida das crianças pequenas, porém hoje, são incorporadas as suas funções os aspectos do brincar e do educar.

Nesse contexto famílias e escola estabelecem um relacionamento próximo e repleto de detalhes e sentimentos. Essas instituições devem caminhar juntas, em parceria para que seja assegurada à criança uma educação de qualidade.

## **2.1 A função pedagógica da educação infantil**

A educação infantil é uma etapa importante e fundamental na vida da criança e constitui parte da educação básica, sendo um direito da criança e da família e um dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 em seu capítulo II art. 29 define que:

Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Atualmente, as leis que regulamentam a educação infantil, exigem que os profissionais que atuam nessa área devam ter uma formação adequada. O espaço físico também é uma exigência. Muitas foram os avanços deste nível de ensino, no entanto, nem sempre tudo aconteceu desta forma.

Do ponto de vista histórico as escolas infantis surgem em New Lanark, na Escócia, com o reformador Robert Owen, fundada em 1816, onde foi influenciado por Pestalozzi e Rosseau e fundou escolas e uma creche para crianças das famílias ligadas ao moinho de New Lanark. “A escola

infantil trouxe uma abordagem humana e inovadora para a educação de crianças pequenas no início do séc. XIX” (SARACHO, 1998, p. 44).

Já os jardins de infância nascem na Alemanha na primeira metade do séc. XIX, e foi idealizada por Friedrich Froebel. “O Jardim de infância de Froebel proporcionava educação simbólica baseada numa filosofia ligada à unidade entre o homem, Deus e a natureza” (SARACHO, 1998, p. 45).

Essas instituições foram se expandindo e surgiu a necessidade de treinar professores segundo os seus princípios. Esses treinamentos atraíram várias jovens alemãs, as que eram treinadas recebiam o nome de jardineiras.

No séc. XIX, com a imigração alemã para os Estados Unidos, as jardineiras tem o desejo de implantar os princípios de Froebel com seus filhos.

E assim em Watertown, Winsconsin em 1856, surge com Margarethe Shurz o primeiro jardim de infância da América. Segundo Saracho (1998) esses tinham uma grande utilidade para as famílias pobres. Com o rápido crescimento das cidades e o processo imigração européia para a America e o aparecimento de favelas, foram criados vários jardins de infância beneficentes.

O conceito de infância se voltava para uma criança inocente e romantizada, como uma planta, ou uma flor que precisava ser regada e cuidada, por isso que as pessoas que ali atuavam eram chamadas de “jardineiras”.

[...] ocorre no século XIX com a criação do jardins de infância, que surgem com base em uma idéia romântica e ingênua da criança [...] centradas nas idéias de criança enquanto ser inocente que necessita ser educado, moralizado, para

ser o adulto de amanhã, as propostas de trabalho daí decorrentes, enformam a criança, moldam sua mente e seus comportamentos [...] (AZEVEDO e SILVA, 1999, p. 38).

Para Saracho (1998), as escolas maternais são criadas por Rachel e Margaret Macmillan partindo de suas experiências em clínicas de saúde para crianças pobres na Inglaterra, com o intuito de prevenir as doenças infantis físicas e mentais. A Maternagem significava lidar com a integralidade da criança, nos aspectos físicos, sociais, intelectuais e emocionais. Nessas a responsabilidade era de manter as crianças limpas, alimentadas, descansadas enquanto as educavam.

Já as creches surgem na cidade de Paris em 1844 para ajudar mães trabalhadoras, combater a mortalidade infantil e ensinar hábitos de higiene. Não tinham uma finalidade educativa, mas apenas

de cuidados. As creches são frutos da Revolução Industrial, já que anteriormente as mães podiam mesmo trabalhando fora de casa ter seus filhos por perto (SARACHO, 1998).

Quando o sistema fabril foi estabelecido e as fabricas começaram a contratar um grande numero de mulheres e crianças, os pequenos ficavam separados das mães durante o longo dia de trabalho, pois as classes média e alta tinham empregadas para cuidar de seus filhos (SARACHO, 1998, p. 53).

Percebe-se então, que essas instituições de atendimento a criança surgem com um caráter apenas assistencial, já que preocupação não era a educação intelectual da criança, mas sim o cuidado. A idéia era livrar a criança da marginalização e de ficarem sozinhas em casa, enquanto as suas mães e irmãos mais velhos estavam trabalhando, pois ficavam a mercê de

perigos, e também da mortalidade infantil que era elevada. Didonet (s/d) contribui para a compreensão dessa idéia ao dizer que:

Quando as mulheres, e também as crianças de 7,8 e 10 anos começaram a trabalhar nas fábricas, seus filhos menores ficaram sozinhos em casa, sem o cuidado, a vigilância e a atenção dos pais ou dos irmãos. Os problemas, como acidentes, desnutrição, enfermidades e mortalidade infantil, eram tantos que começaram a surgir instituições assistenciais para acolher e abrigar aquelas crianças durante o dia. O nome que tomaram na França (Maison d'asille) é sugestivo de seu forte componente assistencial e caritativo (DIDONET, s/d).

Saracho (1998) ressalta que as creches “preenchiam esta necessidade para a classe trabalhadora, que não tinham com quem deixar seus filhos para trabalhar. As creches nascem com esta finalidade assistencial, para que enquanto a

mãe estivesse trabalhando as crianças não ficassem “soltas”.

Já no final da 1ª e depois da 2ª guerra mundial, ocorreu um fenômeno parecido em virtude das crianças órfãs e abandonadas, despertando a consciência dos governantes e de entidades internacionais, como a UNICEF, OMEP e outras, dando um novo impulso à atenção para com as crianças (Didonet, s/d).

Segundo Saracho (1998), a história das creches passa por três períodos distintos. O primeiro que é anterior a 1920 tem uma visão da creche como algo essencial para a família, para sua ascensão social. O segundo momento observado que vai de 1920 a 1940, o serviço de cuidados infantis fica restrito, sendo oferecido apenas em casos de necessidade especial e o terceiro período que é a partir de 1960

que a creche é vista novamente como um serviço essencial para as mulheres trabalhadoras, pobres ou não.

No Brasil, com o processo de industrialização e modernização a partir do final do séc. XIX e com a saída da mulher de casa para trabalhar fora, surgem às creches com caráter assistencial. Antes disso a educação de crianças pequenas longe de suas mães praticamente não existia.

Segundo Oliveira (2002), anteriormente a proclamação da República podia se observar iniciativas isoladas de proteção à infância. Com a abolição da escravatura no país, surge o problema dos filhos dos escravos que já não assumiriam a posição de seus pais. Diante disso houve um grande abandono de crianças, buscavam-se soluções para este problema, criando asilos,

internatos e creches que eram destinadas a cuidar das crianças pobres. O ideário liberal que era recorrente nessa época, de construção de uma nação moderna, importava preceitos educacionais como o movimento escolanovista, e chegam ao Brasil os jardins de infância, bem recebido por uns e severamente criticado por outros.

A discussão girava em torno da criação dos jardins de infância, já que se estes fossem destinados aos mais pobres com o objetivo de caridade, não deveriam ser mantidos pelo poder público. Enquanto essa discussão acontecia é criado no Rio de Janeiro (1875) e em São Paulo (1877) os primeiros jardins de infância, tendo como público alvo as camadas mais elevadas da sociedade, cuja proposta pedagógica se baseava em Froebel.

Com a criação de fabricas admitindo um grande número de mulheres para o trabalho, visto que a maioria dos homens trabalhava na lavoura, não se considerou a questão do cuidado dos filhos dessas operárias que necessitaram criar alternativas para deixar seus filhos. Uma das opções encontradas foi a de deixá-lo com outras mulheres que se propunham a cuidar em troca de dinheiro.

Nessa época as mulheres que cuidavam das crianças eram chamadas de “criadeiras”, havia uma alta mortalidade infantil decorrente da precariedade de condições materiais e higiênicas, e as mulheres ganham o estigma de “fazedoras de anjos” (OLIVEIRA, 2002).

Mesmo que a questão relacionada aos filhos das operarias fosse uma situação produzida pelo

sistema econômico, a ajuda com os cuidados das crianças era entendida ainda como um favor, uma caridade, prestada por algumas pessoas ou grupos. Os sindicatos reivindicavam um espaço de guarda para as crianças para que as mães pudessem trabalhar, mas essa não era uma questão que se chegava a um consenso no movimento operário. Para abafar os movimentos sindicais, foram fundadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches, sendo que essas instituições eram usadas pelos empresários como um meio de ajuste das relações de trabalho.

Em 1923, foi instituída a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher que determinava que a instalação de creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho e que os estabelecimentos de trabalho deveriam

facilitar a amamentação durante a jornada de trabalho das mães trabalhadoras. Surgiram as primeiras regulamentações do atendimento às crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância. Ainda no mesmo ano surge outra iniciativa, que foi a Inspetoria de Higiene Infantil, que em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Na década de 40 a educação das crianças pequenas era permeada pelas idéias higienistas da época, onde as creches eram entendidas como um “mal necessário”, foram, portanto, planejadas como instituições de saúde, com rotinas, triagem, lactário e auxiliares de enfermagem, procurando fazer um controle da vida em especial da população das camadas menos favorecidas.

No início dos anos 50 as poucas creches que

surgem fora das indústrias eram de caráter filantrópico e ainda prezavam o assistencialismo, sem muita preocupação com a educação das crianças. Nos anos 60 temos fato importante para a educação, a implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – Lei 4.024/61.

Houve um aumento da entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho, levando a um crescimento das pré-escolas em especial nas iniciativas particulares, essas instituições aparecem mais preocupadas com aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança pequena, com ênfase à criatividade e sociabilidade.

Nos anos 70 ocorre um processo de municipalização da educação pré-escolar, devido à diminuição das vagas na rede estadual e a

aprovação da Emenda Calmon à Constituição Nacional em 1982, vinculava um percentual mínimo de 25% das receitas municipais com o ensino em geral. Havia intensos debates nessa época referentes ao cuidar e o educar, mas o regime assistencialista era o que prevalecia.

Encerrado o período militar, novas políticas para creches são anexadas no Plano Nacional de desenvolvimento em 1986. Muitos questionamentos foram feitos aos educadores a respeito do trabalho em creches e pré-escolas servirem como base para movimentos de luta contra a desigualdade e uma função pedagógica é proposta visando o desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças.

Na Constituição Federal de 1988 é alcançada uma grade conquista: o reconhecimento da

educação infantil como um direito de todos e um dever do Estado.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Constituição é determinado que a união, os estados e os municípios aplicassem obrigatoriamente recursos em educação.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Houve um aumento no número de pré-

escola e uma melhoria no nível de formação de seus docentes, em sua maioria incluídos no magistério.

Nos anos 90 temos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 96, que insere a educação infantil como etapa inicial do ensino fundamental.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Além disso, é formulado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, que é um documento norteador, feito em três volumes no ano de 1998. Este

documento compreende aspectos como formação dos profissionais, o brincar, o cuidar, o educar, objetivos da educação infantil, e os eixos de movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

De acordo com o RCNEI a educação infantil tem por objetivo se organizar de forma que as crianças possam: desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar; estabelecer vínculos afetivos e de trocas com adultos e crianças; estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais; observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade,

percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente; brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação; conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas valorizando a diversidade (BRASIL, 1998).

Atualmente os serviços de educação da primeira infância têm crescido em todo o mundo. A visão assistencial tem sido superada, haja vista que se entende que a educação neste nível de ensino vai muito além do cuidar, pois perpassa os âmbitos do educar e brincar, tendo a criança como um ser histórico e social que se desenvolve e

aprende de acordo com sua cultura.

Vemos o quanto à educação infantil se expandiu, pois temos documentos que regem e norteiam as práticas educacionais, que integram o cuidar, o educar e o brincar. Fóruns e debates são realizados para discussões acerca dessas instituições. Apesar dos avanços, ainda há muito que ser feito pela educação das crianças pequenas, como a qualidade de profissionais que atuarão nessa área, que não devem ser despreparados e leigos, mas um profissional capacitado e reconhecido. É necessária a superação da concepção de criança abstrata, uma vez que a criança é um ser único e deve ser respeitada e tratada com dignidade.

A educação infantil é um direito da família e da criança e não deve lhe ser negada ou

negligenciada. Para atuarem nessa área os profissionais devem ser preparados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) afirma que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Compreende-se que a educação infantil deve ser tratada com seriedade, seus profissionais devem ser preparados e não apenas terem uma “vocação” ou gostarem de crianças. A primeira infância é uma fase importante da vida de um indivíduo, e, portanto, os professores que irão

atuar nessa área, devem ter um mínimo de conhecimentos básicos, como conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sobre a tríade cuidar, educar e brincar e as necessidades da criança, etc.

Essas instituições devem respeitar o desenvolvimento integral da criança, considerando seus aspectos físicos, cognitivos, sociais, afetivos.

A educação infantil coloca como seu objetivo-síntese o desenvolvimento integral da criança, compreendendo, por isso, os aspectos físicos, social, cognitivo e afetivo de sua personalidade. Pode parecer complicado trabalhar todos esses aspectos integralmente, mas favorece ao educador infantil o fato de que na criança nada é separado. Tudo o que ela faz, ela o faz com seu corpo, seus sentimentos e com a inteligência de que dispõe (DIDONET, s/d, p. 93).

Não é concebível, portanto, uma educação

para crianças com profissionais leigos, em ambientes desfavoráveis para a criança, ou com atividades que não levem em conta uma criança como sujeito integral e integrado, com direitos, deveres, como um indivíduo histórico-social.

A educação infantil avançou muito nos últimos anos, mas ainda há muito que se conquistar. Se tivermos uma educação básica de boa qualidade para as crianças com certeza teremos, como muito se prega cidadãos críticos e mais conscientes da sua realidade.

## **2.2. Pais, Professores e Equipe Pedagógica**

Na educação de crianças pequenas é necessária e importante uma parceria firme e constante entre escola infantil e família. Sem que isso ocorra um bom trabalho pode ficar

comprometido. De acordo com Didonet (s/d) a: “família e centro pré-escolar, portanto, devem estar bem articulados, tentando uma educação coerente. Objetivos comuns e estratégias complementares facilitam o processo educativo e não traumatizam a criança”.

A entrada de uma criança na escola trás para a família e para a criança várias mudanças, na sua rotina, no circulo de convivência, na alimentação da criança, na sua higiene, etc. Essa inserção trás algumas alterações, como a rotina de uma turma que terá que se adaptar à nova criança, aos professores que farão a adaptação da criança nova, entre outras mudanças.

Essas são alterações que afetam os dois lados, mas em especial à família e a criança, e é importante que ambos os lados trabalhem juntos

para que a criança se adapte da melhor forma possível.

Essa tarefa é tão complexa que há trabalho para todos. O que convém é não complicá-la, e sim torná-la mais simples e gratificante. Em uma perspectiva de colaboração mútua, que passa pela confiança e pelo conhecimento, é possível fazer o que seja necessário: assegurar que os dois contextos de desenvolvimento mais importantes nos primeiros anos de vida de uma pessoa possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças (BASSEDAS, 1999, p. 285).

O que ocorre muitas vezes entre o centro de educação infantil e família é justamente o contrário, acontece uma grave disputa entre esses dois ambientes de extrema importância para a criança. Em algumas situações família e escola disputam a atenção e o afeto da criança, já em outras as duas

instituições vivem em “pé de guerra”, são pais que não participam, é a escola que não permite a participação mais efetiva da família.

Acusações são trocadas e uma relação que deveria ser ou ao menos procurar ser harmônica em prol do bem estar da criança se torna um “campo minado”, é necessário muito cuidado aonde vai se pisar, pois ali pode explodir. Observa-se que as creches e pré-escolas reconhecem a importância do trabalho com a família, mas consideram as famílias despreparadas e pouco competentes em especial as famílias de baixa renda, ou família de pais adolescentes; os professores ficam insatisfeitos com a ausência dos pais, mas quando estes tentam uma aproximação maior, os professores se aborrecem; e ambas, creches e pré-escolas, e família trocam acusações

em vez de tentarem resolver os problemas em um acordo comum (OLIVEIRA, 2002).

A família e a escola infantil devem manter os seus papéis que são distintos e uma não deve querer assumir o lugar da outra, mas sim assumir uma postura complementativa, ajudando a criança a se desenvolver de maneira plena e saudável.

Apesar de apresentarem obrigações diferentes, a família e a instituição educacional têm um objetivo comum - o desenvolvimento infantil - e uma relação entre esses dois contextos tem de ser vista como complementar e não encarada como forças distintas e separadas [...] Familiares e profissionais não são amigos; são parceiros na educação e cuidado das crianças em contextos diferenciados pela sua natureza, objetivo e conteúdos. Há de se ressaltar que família é família e instituição de Educação Infantil é instituição, com objetivos comuns, como já exposto, mas também com determinações e responsabilidades

específicas, bem como expectativas igualmente diferenciadas (SAMBRANO, 2006, p. 148, 149).

Ao disputarem escola e família podem causar danos à educação da criança, que é ponto em comum entre ambas, não realizando um trabalho de qualidade e prejudicando a criança que fica num jogo de “empurra-empurra” ou entre uma constante disputa pela atenção e afeto da criança.

Outras vezes o que ocorre é uma tentativa da interação dessas duas instituições que fazem parte da vida da criança, mas essa muitas vezes se torna uma experiência frustrada à medida que não há um preparo dos profissionais para receberem de forma adequada a família na escola, os profissionais da educação se sentem invadidos e vigiados; com a família ocorre os extremos, ou ela

quer estar todo o tempo presente na escola ou simplesmente não comparece à escola por diversos motivos.

A escola ao fazer essa abertura para a família deve preparar de forma adequada a sua equipe pedagógica, professores e os demais funcionários da escola, e preparar também a família principalmente em seus primeiros encontros, como em reuniões de início de ano, para que assim o trabalho com as crianças transcorra de forma harmoniosa e respeitosa.

Sendo assim, uma creche onde encontra-se o aumento do nível de participação das famílias como parte do planejamento e realização de suas atividades, necessita desenvolver um trabalho de preparo tanto de seus profissionais quanto das famílias, para que aquela participação não implique em prejuízo da qualidade de atendimento e conseqüente insucesso

da iniciativa (OLIVEIRA, 1992, p.116).

Não se trata de uma tarefa fácil, mas sim de algo que deve ser feito e encarado por parte da escola com profissionalismo e dedicação, essa abertura será vista de forma mais natural com o tempo e muito dialogo, e proporcionará a criança uma educação de maior qualidade.

Abrir a creche significa reconhecer que a creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança compartilhando com a família a educação da mesma. Isto implica em compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam e, acima de tudo, transformar este trabalho em colaboração mutua. Sem duvida, há que se determinar o que deve ser responsabilidade da creche e o que deve ser da família. Mas os papeis de cada um só vão se construindo a partir do exercício cotidiano de dialogar (OLIVEIRA, 1992, p. 116).

No trabalho com as crianças, em especial as

crianças pequenas é necessário que os dois pólos mais importantes para a ela entrem, ou procurem entrar, em acordo, buscando juntos soluções para os problemas que surgirem referentes à criança, tentando solucioná-los da melhor forma possível, em parceria e não querendo saber quem é melhor ou quem entende melhor a criança, ou ainda não ficar jogando a culpa de um problema para a outra parte, mas querer em conjunto chegar a um ponto em comum.

A escola infantil em momento algum deve querer tomar para si o lugar da família na vida da criança, apesar de muitas crianças passarem a maior parte do seu tempo na escola, os profissionais que atuam na educação infantil devem ser preparados desde a sua formação inicial para entender que fazemos parte de um processo

na vida da criança, de que acompanharemos o seu desenvolvimento, e entendermos que escola é escola e família é família.

É importante também que o profissional esteja preparado também para o contrário, para não se isentar diante das situações que vier a encontrar, deixando que outros resolvam o problema, aquele que atuará ou atua na educação infantil deve ter seus olhos atentos e não se emudecer diante das diversas realidades que encontrar principalmente aquelas que se configuram como injustiça e violência contra a criança.

O professor não tem um papel terapêutico em relação à criança e sua família, mas o de conhecedor da criança, de consultor, apoiador dos pais, um especialista que não compete com o papel deles. Ele deve possuir

habilidades para lidar com as ansiedades da família e partilhar decisões e ações com ela. Se assim ocorrer, a família terá no professor alguém que lhe ajude a pensar sobre seu próprio filho e a se fortalecer como recurso privilegiado do desenvolvimento infantil (OLIVEIRA, 2002, p. 181).

Por isso e por outros tantos motivos, a parceria escola-família se faz tão importante e necessária em todos os níveis de ensino, mas principalmente aqueles que se referem à criança. Uma boa relação entre essas duas instituições ajuda no ingresso na escola e nos anos que se seguirão.

Se escola e família considerarem o seu ponto comum a criança e não suas disputas o trabalho conjunto fluirá de maneira mais natural e com qualidade, de forma que a criança seja a maior beneficiada nesse processo.

## CAPÍTULO 03

# A FAMÍLIA E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL



Figura 3. Escola e Família  
Fonte: <https://www.google.com>

Conhecer a representação da família a respeito da escola infantil é um aspecto importante e necessário, pois assim se pode conhecer o que os

pais têm pensado e sentido a respeito da educação de seus filhos. Levando-nos, também, a fazer uma reflexão sobre a necessidade da relação saudável entre essas instituições que possuem funções diferentes, mas que ocupam papel de destaque no universo infantil.

[...] esta nova concepção de educação infantil, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, emocional, estético e social, buscando a integração com a família e a comunidade (MORENO, 2007, p. 56).

Como já discutimos nas seções anteriores, a família vem passando por transformações que afetam a sua organização, entre essas mudanças está à saída da mulher para o mercado de trabalho, sendo que esta, ainda tem mesmo na contemporaneidade, a função do cuidado e da

educação das crianças. E com isso as escolas infantis assumem um papel de destaque na vida dos pequenos, auxiliando e complementando a ação da família.

Em síntese, embora seja inegável a importância da família como grupo socializador, outras agências sociais tem se tornado extremamente fortes na sociedade atual no que diz respeito à educação das crianças e, dentre elas, ocupam lugar de destaque as instituições de Educação Infantil [...] mas que também promovem a socialização de maneira auxiliar e complementar a família ou tem por finalidade atender as necessidades infantis por uma família em processo de mudanças e transformações (SAMBRANO, 2006, p. 146).

Não devemos perder de vista que as famílias também buscam as escolas infantis para que seus filhos recebam cuidados da educação das crianças. Na educação infantil o cuidar e educar devem ser

indissociáveis, para que assim atendam a criança de forma completa.

A indissociabilidade entre cuidado e educação precisa permear todo o projeto pedagógico de uma creche, pré-escola ou escola. Trata-se, de certa forma, de uma filosofia de atuação que prevalece – ou não – em todo o planejamento. As famílias não procuram a instituição apenas para que proporcione a seus filhos aprendizados definidos no currículo escolar. Elas buscam compartilhar com os professores educadores o cuidado e a educação de seus filhos (ROSSETTI-FERREIRA, 2003, p. 12).

Para que haja um trabalho que consiga contemplar a integralidade da criança é necessário que a família tenha consciência da função educativa da escola infantil. Para que isso ocorra de maneira eficaz à escola deve propor as famílias conhecer melhor a escola e sua proposta, levando assim os pais a conhecerem e valorizarem a

educação infantil.

Na etapa da educação infantil, convém propor que as famílias conheçam e valorizem o que se faz na escola, já que se apresenta muito difundida a idéia de que as crianças pequenas vão brincar e que não é preciso saber muito para que joguem, brinquem, para trocá-las ou para dar-lhes de comer, é preciso ter paciência, boas disposição e gostar de crianças, etc. Sem negar que essas qualidades são extremamente necessárias, educar, nesta idade, como nas outras, requer um conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar decisões mais convenientes ao caso presente. Por isso, iniciativas tendentes que os pais possam entrar na escola e que conheçam o seu funcionamento devem ser valorizadas e

incentivadas (BASSEDAS, 1999, p. 290).

Não existe relação saudável sem conflitos e ainda mais quando falamos de crianças pequenas e de sua educação. A Família e a escola devem procurar um ponto de equilíbrio para que o desenvolvimento e aprendizagem da criança sejam respeitados.

No entanto, é necessário ressaltar que a presença de uma relação por demais intimista e cordial não é sinônimo de parceria satisfatória e passível de trazer benefícios aos atores envolvidos, tampouco as crianças, uma vez que em um envolvimento dessa natureza pode se tornar muito superficial nos aspectos condizentes ao desenvolvimento infantil (SAMBRANO, 2006, p. 149).

Na relação escola-família o que não se deve perder de vista em momento algum é o desenvolvimento da criança, buscando um relacionamento saudável, não sem conflitos, mas

que não perca o seu foco que no caso se trata da criança.

O dialogo é uma ferramenta importante para se construir uma relação mais amistosa e harmoniosa, pois pequenas falhas na comunicação podem causar grandes danos. Portanto, entre família e escola deve se estabelecer um bom diálogo no diga respeito à criança e seu desenvolvimento. De acordo com Oliveira (1992) “faz-se necessário um trabalho de persistência no „diálogo“ cotidiano entre creche e família.”

O envolvimento dos pais com a escola é de extrema importância, pois pode auxiliar de maneira significativa na aprendizagem das crianças. Segundo Sambrano (2006) quando há um envolvimento por parte das famílias os profissionais se sentem mais valorizados e vistos

como mais competentes e dignos de confiança e em contrapartida as crianças melhoram seu comportamento e rendimento e interagem mais com os pais em casa.

[...] o envolvimento parental traz benefícios não só para as crianças, como também para os pais e professores e, mais que isso, o envolvimento familiar pode significar um aspecto-chave no processo de escolarização das crianças, uma vez que geralmente beneficia a aprendizagem infantil e o consequente êxito nas atividades escolares (SAMBRANO, 2006, p. 149).

Enfim, bastam pequenos episódios ou comunicações que não ficaram bem claras para desequilibrar o bom relacionamento entre educadores e famílias. Sentimentos de ciúme, gratidão, inveja e culpa ai estão presentes e é necessário estar atento a eles para não alimentar os desentendimentos, os julgamentos precipitados

etc. que podem gerar grandes conflitos.  
(OLIVEIRA, 1992, p. 117)

Os pais esperam que a escola infantil venha ao encontro dessa necessidade da criança. Quando a família decide por deixar seus filhos em uma instituição de educação infantil surgem muitos sentimentos, e para os pais essa afetividade por parte das educadoras é um elemento importante. A afetividade se torna no trabalho com os pequenos um fator inerente e fundamental (OLIVEIRA, 1992)

A instituição de educação ao ter pais interessados na participação efetiva, deve abrir as portas para essas famílias, permitindo que estas estejam mais envolvidas, colaborando com a aprendizagem e terem a possibilidade de estar de forma mais presente no desenvolvimento de seus filhos.

Mas, para que isso ocorra à escola deve estar preparada para receber esses pais promovendo encontros onde os pais possam comparecer e permitir quando possível que a família possa se envolver nos projetos desenvolvidos na escola e ainda dar sugestões para a escola.

A escola infantil pode proporcionar esses momentos de trocas. Sambrano (2006) diz que essa relação pode ocorrer no período de entrada e saída das crianças, ocorrendo de maneira mais informal o que gera um clima de familiaridade; nas reuniões de pais que se caracteriza por um momento mais formal, onde será feita a transmissão de informações, porém ganha um caráter limitador dos contatos entre a totalidade de pais e a dos profissionais; poderão ocorrer, também, nas comemorações, palestras e encontros diversos; nos

bilhetes ou outra forma que a escola use para se comunicar com a família, que conterão informações pertinentes à escola e a família.

Esse contato contínuo e que se conquista constantemente entre família e escola é necessário e importante para o bom trabalho com as crianças, podendo garantir que o seu desenvolvimento e aprendizagem ocorram de maneira mais harmoniosa.

O bom relacionamento entre educadores e famílias a ser constantemente conquistado contribui muito para o trabalho com as crianças, pois dificuldades surgidas podem se resolver mais rapidamente e a segurança é maior nas decisões que são tomadas em relação a elas. Cuidados com esta relação podem prevenir alguns problemas que costumam surgir (OLIVEIRA, 1992, p. 118).

Com esses fatos é necessário que a família

entenda a função educativa das escolas infantis, ainda é vigente a idéia de que nessas instituições a criança vai só para brincar e para receber cuidados, mas é dever da escola propor aos pais o conhecimento a respeito da função que a educação infantil possui. O cuidar é um fator importante, porém não é o único que permeia o cotidiano das escolas infantis, junto a ele vem o educar.

Para que haja um bom relacionamento entre essas instituições é necessário que o diálogo seja constante, pois pequenas falhas na comunicação podem afetar todo o trabalho realizado.

A família e a escola devem ser parceiras na educação da criança, cada uma assumindo a sua função, procurando oferecer à criança uma educação de qualidade e digna.

## CONCLUSÃO

Este livro foi elaborado com o objetivo de responder à pergunta “qual a representação da instituição familiar sobre a importância da educação infantil e a necessária parceria entre escola e família?”

Se olharmos para o desenvolvimento da família ao longo da história, pode-se dizer que ela mudou sua estrutura. Hoje temos vários arranjos familiares, consanguíneos ou não, mas o arranjo familiar mais comum é a família nuclear burguesa, composta por um casal hetero e um casal de filhos.

Neste modelo de família os papéis de gênero são bem definidos, a mulher é responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, pela educação dos filhos, o homem é o gestor financeiro do lar, deve ser livre e independente.

O modelo de família nuclear surge na Europa por volta do século XVIII e é fortemente caracterizado pela separação da família, pois antes dessa instituição as pessoas não eram isoladas, as crianças aprendiam com outras famílias e praticamente viviam juntas permanentemente com os adultos, naquela época também não havia separação entre a vida pública e a vida privada.

Somente quando a família se torna mais íntima é que temos os sentimentos familiares mais comuns hoje. As famílias eram muito mais sociais e morais do que a realidade emocional.

Hoje esse tipo de família ainda é o mais comum e aceito socialmente, mas muitas mudanças ocorreram principalmente no papel da mulher, que agora, além de manter seu papel, também contribui para o sustento material da casa.

Assim como no contexto global, as famílias no Brasil também mudaram, sendo o principal motivo a migração para as cidades, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e seu papel no núcleo familiar. Não podemos manter apenas uma forma de organização familiar, elas não são homogêneas. Cada família é estruturada de forma diferente de acordo com sua cultura, contexto e classe social.

Assim como o conceito de família, o conceito de infância foi e não é padronizado ou homogêneo. A infância é um conceito de modernidade que é uma construção cultural e historicamente mutável.

É compreensível que quando houve mudanças sociais, culturais e econômicas, o conceito de infância mudou, não podemos padronizar a infância, pois ela é formada de acordo

com a sociedade, cultura, classe social, entre outras coisas de acordo com onde a criança ingressa. Hoje em dia, porém, temos uma infância agitada, crianças cujas agendas estão cheias de atividades, não há tempo para brincar, para ser criança.

Ainda hoje podemos ter uma visão da criança como algo que já foi, algo por vir, algo imperfeito e inferior. Fala-se muito em bem-estar infantil, mas ainda vemos crianças sendo abusadas, maltratadas e até mortas por quem deveria protegê-las e cuidar de seu bem-estar.

A criança deve ser vista como um todo, não como um ser abstrato, mas como um indivíduo com direitos e responsabilidades, com sentimentos e emoções, alegre e triste, chorando e sorrindo.

A educação infantil é um direito garantido pela Lei 9.394/96, que garante que a educação

infantil é um direito da criança e da família e dever do Estado. No Brasil, as instituições de ensino infantil parecem ajudar as mães que trabalham e cuidar de seus filhos. Por muito tempo, o jardim de infância teve esse caráter apenas útil, mas hoje está associado ao cuidado, educação e brincadeira.

Muito se avançou na educação infantil, foram criadas leis e regulamentos, referências que orientam a prática dos profissionais da área, são organizados congressos e palestras para a educação infantil, mas ainda há muito a ser feito, principalmente as relações com os profissionais que devem estar preparados, não leigos, e trabalhar na educação infantil, porque eles também gostam de crianças, mas que existem pessoas que estão prontas e qualificadas para trabalhar de forma que promova o desenvolvimento infantil.

A parceria família e escola é um fator importante na educação das crianças. Encontre treinamento consistente e consistente e estratégias adicionais para facilitar o processo de treinamento.

Quando uma criança vai para a educação infantil, ocorrem mudanças na família, na criança e na instituição de ensino. Para a criança e a família, trata-se de uma mudança de rotina, alimentação, sono e higiene, bem como em outras questões relativas à criança, mas para a escola, é uma mudança na rotina da sala de aula que deve se adaptar a uma nova realidade.

O cuidado infantil e a família devem trabalhar sempre em parceria, procurando manter uma relação harmoniosa, mas geralmente acontece o contrário, é o conflito entre esses dois órgãos tão importante na vida da criança.

As escolas devem se preparar para receber as famílias orientando seus profissionais e até mesmo suas famílias a se prepararem para aquela relação afetiva próxima onde a criança é mais importante e comum. Considerando suas diferenças e peculiaridades, lembre-se que escola é escola e família é família. Tendo esses aspectos em mente, podemos oferecer às crianças uma educação de qualidade e valiosa.

A educação Infantil têm assumido um papel importante devido às mudanças que têm ocorrido na vida das famílias e das crianças, mas embora a educação infantil esteja tão presente na vida familiar, ainda é necessário explicar a sua função educativa para explicar. pais, embora haja preocupação na escola, a educação não pode ser esquecida.

Família e escola devem primar por uma relação harmoniosa, apesar dos conflitos que aparecem, pois têm uma coisa importante em comum: a criança. Lembre-se sempre de que todos têm um papel diferente e importante na vida de uma criança. Essa relação é repleta de emoções e nem sempre fácil de lidar, mas em uma relação que inclui tantos aspectos históricos, sociais e culturais, a criança deve ser valorizada.

**A escola e a  
família devem  
ter as mesmas  
perspectivas  
para o  
educando.**

Simone Helen Drumond Ischkanian



Figura 4. Relação entre CMEI, crianças e comunidade  
Fonte: <https://cmeiosnicamargo.webnode.page>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

abstrato, 97  
ação, 84  
adolescência, 33  
adultos, 8  
afeto, 35  
aprendizagem, 11  
aprendizagens, 21  
arranjos, 15, 25  
assistencialismo, 62  
atitudes, 67  
atividades, 8  
autônomo, 19  
autoridade, 18  
avós, 15

### B

boa, 17  
brincar, 16, 67  
burguesa, 15, 19

### C

caráter, 54, 98  
casa, 18  
cidades, 42  
combatida, 17  
completa, 85  
composta, 15  
compostas, 30  
compreendida, 9  
comum, 17, 30  
comunicação, 9  
comunicar, 11  
concebível, 70  
conceito, 11, 14  
concepção, 33  
conflitos, 87, 101  
congressos, 98  
conquista, 63  
conservar, 34  
consideração, 9  
construção, 11

contatos, 17  
contemporaneidade,  
33  
corporal, 67  
costumes, 32  
cotidiano, 9  
creches, 55  
crenças, 32  
criação, 58  
criadas, 15  
crianças, 9, 15, 33  
cuidar, 67

## D

demonstrações, 35  
desarmoniosa, 9  
desejos, 67  
desenvolvimento, 9,  
10  
diferenças, 100  
dignidade, 68  
diminuição, 24  
direitos, 8  
disputas, 81  
diversidade, 67

domésticos, 26

## E

educação, 8, 9  
educar, 16  
educativo, 9  
emoções, 16, 67  
ensino, 11  
escola, 10, 21  
escravo, 42  
escrita, 67  
esposa, 19  
estrutura, 18  
etapa, 49  
evidenciar, 11  
existência, 33  
êxodo, 24

## F

família, 9, 10, 11, 18  
familiar, 8  
feminina, 19  
filhos, 8, 18

## G

grande, 35

guarda, 16, 49

## H

harmoniosa, 99

história, 48

## I

IBGE, 28

idêntica, 20

ilegal, 42

imigração, 51

infância, 8, 11

infantil, 11, 29

ingressa, 97

instituição, 8, 33

instituições, 10, 54

interesse, 67

interpessoal, 9

inversão de papéis, 27

irmãos, 55

isolamento, 18

## J

jardim, 11

jornada, 26

jovens, 51

## L

laços, 17

laços afetivos, 35

lar, 18

leigos, 98

linguagens, 67

lixo, 42

## M

má, 17

mães, 15

marido, 29

material, 18

medieval, 35

mercado, 24

metodologia, 11

migração, 96

modelo, 8, 29

modificou, 15

moral, 23

mudanças, 8

mulher, 19

musical, 67

mutável, 96

## **N**

nascimento, 33  
necessário, 100  
necessidade, 67  
nuclear, 19  
nucleares, 15

## **O**

objetivo, 10  
oral, 67  
organização, 8, 11, 15

## **P**

pais, 15  
palestras, 98  
papel, 11  
parentes, 15  
participação, 67  
passeio, 16  
paternidade, 9  
pedagógica, 63  
pensamentos, 67  
pequenas, 49  
período, 8, 22  
pesquisa, 10

plástica, 67  
polêmicas, 16  
primar, 101  
princípio, 48  
problema, 10  
processo, 57  
provedor, 18  
próximo, 9  
publica, 22  
puericultura, 11

## **Q**

qualidade, 81  
qualitativa, 11

## **R**

racional, 19  
reconhecido, 29  
relação, 101  
relacionamento, 9  
repleto, 49  
representação, 10  
resolver, 19  
respeito, 67  
responsabilidade, 18  
responsabilidades, 8

risco, 9

## S

sanguíneos, 17

saudável, 9

sentimento, 24

sentimentos, 9, 16, 67

separação, 18

serviços, 67

sexual, 26

situação, 19

social, 23

sociedade, 8, 14, 30

solteiras, 15

solteiros, 15

sorriso, 19

sucesso, 9

## T

trabalhadoras, 53

trabalhar, 55

trabalho, 10, 24

transformação, 24

transformações, 15

## U

unanimidade, 16

universal, 29

## V

valores, 32

valorizada, 101

vida, 33

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Heloisa Helena. SILVA, Lúcia Isabel da C. **A concepção de infância e o significado da educação infantil**. S/l, Editora Unijaí. Out./Dez. 1999.

BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. **Família e escola**. In: **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. P.282-297.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. DF: 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Brasília, DF: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALLARI, D. de; KORZAK, J. **O direito da criança ao respeito**. Tradução Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1986.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Humanidades, Brasília, 43, p.89-98, s/d.

FORTUNA, Tânia Ramos. **A reinvenção da infância**. Revista Pátio da Educação Infantil, ano II, Dez. 2004/Mar2005.

FRANCO, Marcia E. Wilke. **Compreendendo a infância: como condição de criança**. Porto Alegre: mediação, 2002. (Cadernos de Educação Infantil; 11)

GOLDANI, A. M. **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas**. Cadernos de Pesquisa, n.91. Fundação Carlos Chagas/Editora Cortez: São Paulo, nov. 1994.

\_\_\_\_\_. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de população, v.19, n.1, jan./jun. 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Qualitativa e Quantitativa**. In: Metodologia Científica. 5. Ed. São

Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Maria C. Gomes; PASCHOAL, Jaqueline D. **Imagens da infância na modernidade: da infância que temos à infância que queremos.** IN: PASCHOAL, Jaqueline D. (org). Trabalho Pedagógico na Educação Infantil. Londrina: Humanidades, 2007.

MORENO, Gilmara Lupion. **A organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil.** In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado. Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Moraes de et al. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, emoção e ideologia.** In: LANE, Silvia T. M. e CODO, Wanderley (orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa**

**social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **A necessária associação entre educar e cuidar.** Revista Pátio da Educação Infantil, ano I, abr/jun 2003. P. 10-12.

SAMBRANO, Taciana Mirna. **Relação Instituição de educação infantil e família: Um sonho acalentado, um vínculo necessário.** In: Educação Infantil: Para quê, para quem e por quê? Campinas: Editora Alínea, 2006. P. 139-155.

SPODEK, B; SARACHO, O. N. **O educador e sua prática.** In: Ensinando crianças de três a oito anos. Trad. Claudia Oliveira Dorneles. Porto Alegre. Artmed, 1998.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Plano Editora, 2003.

ZAMBERLAN, M. A. T. (Org). **Educação Infantil: Subsídios teóricos e práticas investigativas.** Londrina: CDI, 2005.



9786584809451